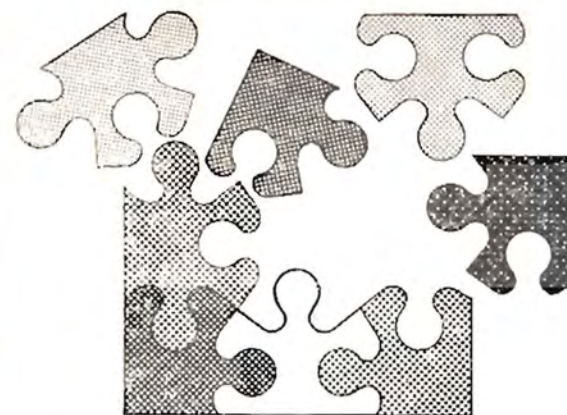
Edson de Oliveira Nunes
(organizador)

A Aventura Sociológica

Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social

biblioteca de ciências sociais

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Sociologia e Antropologia

Edson de Oliveira Nunes
(organizador)

A Aventura Sociológica

Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

capa de
JANE

1978

Direitos para esta edição contratados com
ZAHAR EDITORES
Caixa Postal 207. ZC-00, Rio

Impresso no Brasil

ÍNDICE

4

"Brain Drain": Pesquisa Multinacional?

SIMON SCHWARTZMAN

Se algum dia existiu uma pesquisa realmente multinacional, esta foi o estudo sobre o *brain drain*, a migração de talentos, realizada no início da década de setenta sob o patrocínio do Instituto de Treinamento e Pesquisa das Nações Unidas, UNITAR. É difícil dizer exatamente quantos países participaram, e quantas pessoas foram entrevistadas, porque, quando uns terminavam, outros ainda começavam a participar do projeto. Em janeiro de 1974, um relatório preparado para as Nações Unidas[1] já incluía dados sobre estudantes de países subdesenvolvidos nos Estados Unidos, Canadá e França; pessoas de países subdesenvolvidos trabalhando nos Estados Unidos e França; e pessoas treinadas no exterior e de volta a seus países na Índia, Sri Lanka, República da Coréia, Grécia, Ghana, Brasil, Colômbia e Argentina. No total, cerca de 3 mil pessoas já haviam respondido um longo questionário, de mais de duas horas, cujas informações ocupavam o equivalente a 30 cartões IBM por pessoa.

Ao mesmo tempo, o questionário continuava a ser aplicado a estudantes e emigrantes de países subdesenvolvidos na Austrália, República Federal da Alemanha e Inglaterra; e entre pessoas formadas no exterior e que retornaram ao Irã, Paquistão, Filipinas, Trinidad e Tobago, Tunísia e Uruguai.

O objetivo principal do projeto era estudar o impacto do estudo universitário de pessoas de países subdesenvolvidos em países desenvolvidos, avaliando a tendência desses estudantes de se fixa-

---

[1] William A. Glaser, *Brain Drain and Study Abroad* (Findings of a UNITAR research project on Motivations and Effects of the Outflow of Trained Personnel From Developing to Developed Countries). Texto Preliminar, mimeografado, janeiro de 1974.

rem de volta a seus países ou, ao contrário, de emigrarem. No Brasil, o projeto tomou o nome de "Projeto Retorno". Quase 600 pessoas formadas no exterior foram entrevistadas, a partir de um levantamento exaustivo de milhares de pessoas que serviram de base para a amostra.[2] Além disto, foi feita uma mostra especial de estudantes brasileiros nos Estados Unidos. Toda a informação foi posta em fita magnética, de forma acessível para o SPSS — *Statistical Package for Social Sciences*, um dos sistemas de computação estatística mais difundidos e simples de usar. É possível que esse tenha sido o maior estudo multinacional já feito que utilizou a técnica de questionário.

O resultado desse esforço é paradoxal. Por um lado, mostrou fatos importantes, resultados inesperados, e critérios para a dissipação de velhas dúvidas e preconceitos. Por outro, a utilização efetiva e a repercussão dos resultados alcançados foram bastante reduzidas, trazendo a dúvida de se todo este esforço não foi em vão. Afinal, a técnica de "survey" serve, na realidade, para alguma coisa? Tem sentido colocar toda esta informação em computadores, ou teria sido um erro? E a pesquisa multinacional, que significa para os países participantes pelo lado mais pobre? E o que fazer, afinal de contas, com os resultados da pesquisa?

Todas estas perguntas podem ser discutidas a partir da experiência do projeto "brain drain", e é possível que isto nos ajude a entender um pouco e aprender algo sobre o lado interno, a "cozinha" da pesquisa social. É o que este texto pretende.

Os Resultados

É importante começar pelos resultados, porque eles, mais do que qualquer outra coisa, podem dizer do verdadeiro sucesso ou fracasso do projeto.

O resultado mais geral da pesquisa é que estudantes de países subdesenvolvidos em países desenvolvidos, via de regra, voltavam às suas origens. Eles pensam em voltar para seus países, fixar raízes, criar neles os seus filhos. No entanto, isso varia conforme o país de origem. Em uma escala que vai de + 2 (pretende voltar a seu país) a −2 (pretende ficar no estrangeiro), estudantes

[2] Simon Schwartzman, *Projeto Retorno* — Avaliação do Impacto do Treinamento, no Exterior, no Pessoal Qualificado — relatório final (Rio, Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1972). A equipe do projeto era constituída do autor, Magda Prates Coelho, Elisa Maria Pereira Reis e Renato Raul Boschi.

de países subdesenvolvidos na França e Estados Unidos variam amplamente, por grupo nacional.

Os que mais certamente voltarão são os da África (Ghana, Senegal, Costa do Marfim, Camarões: média, ∓ 1,60). Os que mais pretendem imigrar são do Oriente Médio e Norte da África (média, +0,10). Por países, o Egito é o que menos receberá seus estudantes de volta (—0,56), seguido da Argentina (— 0,17). Na América Latina, o Brasil é o país que mais atrai seus estudantes de volta (+1,31), seguido da Venezuela (+1,12). Entre os que já emigraram, os brasileiros ainda pendem para voltar (∓ 0,05), enquanto os argentinos e filipinos certamente não pensam assim (—0,54 e —0,80).

Como explicar essas variações? Existem alguns fatores que têm a ver com a adaptação ao país em que as pessoas vão estudar; outros dependem das condições no país de origem. A pesquisa permitiu distinguir esses fatores, e avaliar o peso relativo de cada um deles, para os diferentes grupos nacionais.

Em primeiro lugar, os países diferem na capacidade de seus cidadãos se ajustarem a países estrangeiros. *Laços com o país de origem* parecem ser particularmente importantes para os da África Negra e Paquistão, que são os que mais se queixam de isolamento e saudades no exterior. *Diferenças de padrões educativos e dificuldades de língua* são particularmente sentidos por brasileiros, tailandeses, venezuelanos, coreanos e iranianos. *Discriminação* é uma presença importante para estudantes negros e asiáticos nos Estados Unidos e na França.

Em segundo lugar, países formados por grupos sociais heterogêneos têm mais *brain drain*, já que a emigração tende a ser alta em grupos minoritários. *Minorias culturais e lingüísticas* — francófonos na África e Oriente Médio, alemães na América Latina, gregos e armênios do Oriente Médio, minorias ocidentalizadas na Ásia; *minorias religiosas* — cristãos e judeus em países árabes; protestantes e judeus em países católicos; *minorias raciais* — brancos em países negros. Em geral, são minorias de classe média ou alta que encontram dificuldades em serem aceitas pela sociedade mais ampla.

Essas diferenças nacionais se refletem, também, no sentido que tem para uma pessoa ir estudar no exterior. A grande maioria dos brasileiros que saem para estudar tem bolsas de estudo, e ainda mantém seu vínculo empregatício no Brasil. Por isso, talvez, poucos trabalhem no exterior depois de seus estudos — somente 5% dos que responderam à amostra de retorno. Enquanto isso, 36% dos indianos permanecem trabalhando no exterior depois de

seus estudos, o mesmo ocorrendo com 20% dos gregos. Perguntados sobre a importância da experiência do trabalho prático no exterior para sua formação profissional, 46% dos argentinos e 33% dos indianos consideram esta a motivação principal de terem ido para fora, em contraste com somente 17% dos brasileiros.

O *brain drain* depende da receptividade que os estudantes e imigrantes potenciais encontram nos países de destino. Os Estados Unidos, em comparação com o Canadá e a França, surgem como país que mais apresenta dificuldades relativas a barreiras lingüísticas e educacionais; na França, por outro lado, é onde os estudantes sentem mais a solidão, a saudade de casa, e a discriminação. Dos três, o Canadá é o país mais receptivo ao estudante estrangeiro. Estudantes na França têm planos mais definidos para voltar a seus países (63%) do que os nos Estados Unidos (49%) ou Canadá (41%). Mulheres, mais do que homens, aceitam a perspectiva de emigrar através da oportunidade de estudar no exterior.

A pesquisa revela, ainda, diferença em relação a perspectivas de emigração em função das diversas carreiras profissionais. Especialistas em agricultura, administração, filosofia e religião tendem, mais que os outros, a voltar. Em compensação, pessoas em arquitetura, educação, saúde, economia doméstica e linguas tendem mais a emigrar.

Essas são as condições mais gerais. Mas a pesquisa também indaga quais são os fatores que, na percepção das pessoas, tendem a levá-las ao exterior ou, ao contrário, mantê-las em seu país. De uma maneira geral, são as necessidades profissionais (contatos, bibliotecas, equipamentos, colegas qualificados, assistentes) que puxam as pessoas para fora; e são os fatores psicológicos e familiares que as mantêm em seu país (isolamento no exterior, discriminação, por um lado; e patriotismo, laços familiares, amigos, filhos, por outro). Expectativa de maior renda e melhores empregos no exterior também impulsionam no sentido de emigração, mas com menos intensidade, como veremos mais adiante. Em compensação, facilidades de habilitação tendem a atrair o estudante de volta. Alguns destes fatores variam intensamente por país; para os brasileiros, a situação do mercado de trabalho é vista como fator poderoso de retenção da pessoa, no país, contra a tendência internacional mais geral. É claro, contudo, que isso varia no tempo, e uma pesquisa como essa, essencialmente sincrônica, pode no máximo tratar de caracterizar o momento em que foi feita. No entanto, o projeto parece indicar que fatores de mais longo prazo têm maior impacto do que variações conjunturais de mercado de trabalho ou de crise política.

A pesquisa serviu para desfazer um dos mitos mais freqüentes na literatura sobre *brain drain*, que é o de que as diferenças salariais são o que mais explica a emigração de talentos. Fica evidente, pelo estudo, que estudantes e profissionais treinados em diferentes países diferem amplamente em sua percepção sobre seus possíveis salários em seu país ou no exterior. Brasileiros, gregos e colombianos que voltaram a seus países acreditam que ganhariam *menos* se emigrassem; os da Índia, Coréia, Sri Lanka e Argentina esperariam ganhar de duas a 3 vezes mais no estrangeiro do que em seus países. Em geral, estudantes estrangeiros nos Estados Unidos e Canadá esperariam ganhar bem mais se pudessem ficar nos países de estudo, o mesmo não se dando em relação aos que estudam na França.

Foi possível calcular uma equação de regressão que relacionasse o diferencial percebido de renda com os planos de emigração, avaliados por uma escala de 5 pontos (de "pensa retornar e ficar definitivamente em seu país", a "pensa ficar definitivamente no exterior"). Para os estudantes nos Estados Unidos, ela é a seguinte:

$$Y = 1.730 + 0,082 X,$$

Onde X é o diferencial de renda, e Y a propensão a emigrar. O baixo valor do coeficiente *B*, de 0,082, é suficiente para indicar o pequeno efeito isolado da renda sobre a propensão a emigrar. Com efeito, seria necessário aumentar sete vezes a renda esperada para aumentar a propensão a emigrar de 1,812 a 2,304.

Os valores desse coeficiente *B variam* de país a país, e de grupo a grupo de entrevistadores. Ele é máximo para os emigrados para a França (0,307), e mínimo para os que retornaram ao Brasil (0,044). De uma maneira geral, a correlação entre a percepção de um diferencial de renda e a propensão para emigrar é extremamente baixa (R^2 variando entre 0,028 e 0,200).

Seria possível continuar, ainda longamente, apresentando resultados da pesquisa. Sobre a importância dos laços com o país de origem — bolsas, vínculos empregatícios, contatos por carta e publicações; relações de amizade, vínculos matrimoniais. Sobre os atrativos no exterior: benefícios educacionais, acadêmicos e de emprego. Sobre as diferenças por especialidade. Sobre os fatores de idade, religião, sexo...

Mas vale dizer algo mais sobre os brasileiros que estudaram no exterior, e que estavam de volta ao Brasil em 1971, quando as entrevistas foram feitas. Eram filhos de gente educada (36% tinham pais de nível universitário), de pais que trabalhavam no go-

verno (26%) ou por conta própria (46%), e em sua maioria homens (80%). Dentre os mais jovens destes brasileiros havia relativamente mais especialistas em administração e ciências sociais que entre os mais velhos, onde o peso relativo das áreas biológicas era maior. Eles eram residentes predominantemente no Rio (30%), São Paulo (25%), alguns em Minas Gerais (13,4%), e os restantes dos demais Estados. Na vida, desde o nascimento até o momento da pesquisa, eles vinham se concentrando no Rio e São Paulo. Por exemplo, somente 20% haviam nascido no Rio, e 20% em São Paulo. Todos os demais estados perderam gente, com exceção do Ceará...

De volta ao Brasil, esses profissionais se dedicavam preferivelmente à pesquisa e ensino (42,5 e 15,6%), mas muitos também a outras atividades (42%). Isso varia, evidentemente, por área: os de biologia, agricultura, e ciências exatas tendiam mais a ficar na pesquisa, os de línguas, medicina e educação, no ensino, e os de administração de empresa, engenharia especializada e engenharia civil, em outras atividades. Trata-se, de qualquer forma, de um grupo em franca mobilidade social: mais do que seus pais, eles possuem carros, fazem viagens de férias anualmente, e se individam na aquisição de bens.

Nossos profissionais treinados no exterior estudaram principalmente nos Estados Unidos (59%), França (14%) e Alemanha (7,6%). Praticamente todos foram ao exterior com bolsas — 87,5%. Destas, predominaram as bolsas da USAID (23,1%), que atendia particularmente as áreas de administração, agricultura, educação e ciências sociais; as do governo e instituições da França, que atendiam às áreas de ciências exatas, ciências sociais, línguas e outras; as de outras instituições norte-americanas exceto USAID e Fulbright que, com 13,4% do total, cobriam predominantemente as áreas de ciências sociais e biologia. A participação das instituições brasileiras nesta distribuição de bolsas era relativamente menor: o CNPq contribuía com somente 5,6% do total, fortemente concentrado nas ciências exatas (56,2%), engenharias especializadas e biologia; a CAPES, com 7,6%, tinha uma distribuição mais equilibrada, beneficiando preferentemente a medicina (20%); e outras instituições brasileiras contribuíam com mais 7% do total, de forma dispersa. Além das bolsas, nossos profissionais iam com seus empregos garantidos (70%), e mantendo seus salários no Brasil (57,2%)... Entretanto, somente 18% tinham uma obrigação específica de voltar para seus empregos de origem, sendo os demais presos, tão somente, a uma obrigação moral de voltar a seu país de origem (62%).

Mas por que, afinal, essas pessoas iam estudar no exterior? Porque tinham bolsas, queriam estudar mais... Tinham dificuldades com a língua, poderiam sentir saudades, mas a viagem valia a pena...

Deixemos de lado a descrição da vida no exterior, onde predominam os problemas de língua e adaptação ao sistema educacional estrangeiro. Voltemos ao Brasil. Se bem saíram, melhor voltaram. Noventa por cento dos entrevistados tinham emprego permanente, 68% consideravam seu trabalho adequado para o treinamento que tiveram, 45% se consideravam satisfeitos ou muito satisfeitos com o trabalho, e somente 8,4% insatisfeitos. A insatisfação era maior entre os médicos, os administradores e os de ciências sociais, mas não chegava a 20% de nenhum deles. Entre os administradores estavam também os mais satisfeitos, seguidos depois pelos engenheiros e biólogos.

Não é que não existissem problemas. A maioria dos profissionais treinados no exterior se queixava de que "as posições de importância estão ocupadas por pessoas que não estão familiarizadas com os desenvolvimentos mais recentes de minha profissão"; queixavam-se da burocracia e dos regulamentos governamentais; e os médicos e biólogos eram particularmente preocupados com a falta de trabalho interessante, falta de oportunidades profissionais em sua especialização, e com a idéia de que o Brasil desperdiça recursos que seriam úteis para seu trabalho. Apesar disso, eles tendiam a concordar que o trabalho no Brasil era mais autônomo, dava mais oportunidade de liderança e participação em decisões, e maior oportunidade de ser socialmente útil. Comparado com o Brasil, o exterior oferecia maiores opções no mercado de trabalho, menos burocracia, melhor remuneração e abundância de assistentes. Mas isto não parecia ser suficiente para levar a pessoa a, de fato, emigrar.

A principal conclusão desse estudo é que o *brain drain*, no Brasil, pelo menos naquela época, não existia, e possivelmente não existe. É uma conclusão paradoxal, porque todos podemos citar cientistas brasileiros que vivem no exterior; mas são estatisticamente poucos, ainda que possam ser muito importantes. E o clima político? Somente 8,6% dos entrevistados deram alguma importância à liberdade política como influenciando sua ida ao exterior. Os cientistas sociais são naturalmente mais sensíveis a isto, mas não demasiado.

O tempo amortece, aparentemente, o peso das frustrações. Com o correr dos anos, problemas como a falta de colegas com quem discutir as coisas, a falta de assistentes bem treinados, as dificuldades de biblioteca, etc., vão parecendo menos graves. As

dificuldades de língua e de adaptação ao sistema educacional no exterior, por outra parte, vão parecendo cada vez mais formidáveis. Nosso profissional formado no exterior cada vez se instala mais, se adapta mais, e mais se afasta da experiência de juventude que foi seu estudo no exterior. Dos que terminaram seus estudos no exterior até 1965, 81% gostariam de permanecer definitivamente no Brasil, e 89% esperam fazê-lo. Existem alguns, portanto, que o farão a contragosto. Para os formados depois de 65, os números eram 80 e 83,5%, respectivamente.

As dificuldades com a língua estrangeira, os problemas de adaptação ao sistema educacional no exterior são barreiras que se combinam com o vínculo empregatício, os salários de bom nível, os cargos de responsabilidade e os vínculos familiares para prenderem o brasileiro a seu país, mesmo quando as condições que lhe permitem realizar um trabalho técnico e científico de qualidade se deterioram. É possível pensar que, houvesse maior mobilidade internacional, nossos técnicos e cientistas teriam talvez melhores condições para impor novos padrões de trabalho, quando não seja pela ameaça real de emigrarem.

Em síntese, a pesquisa mostra que o Brasil tem muito menos *brain drain* do que se supunha. Não seria melhor, considerando o dito acima, que tivesse um pouco mais?...

A Metodologia

Será que a metodologia indicada, de tipo quantitativo, foi realmente a mais indicada para chegarmos ao resultado que se obteve? As grandes diferenças de língua e cultura não significaram barreiras intransponíveis para a comparação efetiva dos resultados entre os diversos países? Perguntar às pessoas sobre suas histórias pessoais, preferências e atitudes é, realmente, a melhor maneira de entendermos um assunto desta natureza?

O breve sumário dos principais resultados da pesquisa, apresentado acima, mostra que se trata de uma metodologia potente e capaz de chegar a um nível de detalhe e comprovação de proposições que outras metodologias dificilmente conseguiriam. Existiu, no entanto, um custo para isso. Para estabelecer a comparabilidade entre as diversas amostras foi necessário realizar um trabalho de compatibilização cujas dificuldades eram difíceis de antever. Poucos imaginam, por exemplo, a dificuldade em estabelecer um código numérico para todos os países do mundo (São quantos? 200? 180? Valem as colônias? E os que mudaram de nome?...). Depois, eram necessários códigos de línguas, religiões, relações de parentesco, titulação acadêmica, áreas de conhecimento... A análise do efeito da renda e dos diferenciais de renda sobre a tendência à emigração exigiu, naturalmente, uma compatibilização de valores em moedas nacionais e dólares, e compensando pelos diferentes momentos em que os questionários foram aplicados.

A análise de toda esta informação exigiria, naturalmente, um computador de grande porte. A opção pelo sistema estatístico SPSS foi feita partindo da idéia de que este sistema é de uso extremamente simples. O usuário simplesmente escreve, em um cartão, as variáveis que quer utilizar, e a análise que pretende, e o computador executa o resto. Por exemplo, se ele quiser fazer uma análise factorial das atitudes expressas nas variáveis 31 a 50, ele escreve, simplesmente,

```
FACTOR          V31 to V50
```

e algumas especificações e opções estatísticas mais. O computador faz o resto.

Colocar toda a informação do sistema SPSS não foi, tampouco, tarefa das mais simples. Primeiro, toda a informação deveria ser transposta em variáveis e códigos numéricos (daí os códigos de países, profissões, titulação...). Depois, havia todo um trabalho de controle da qualidade das informações — valores numéricos não previstos nos códigos, respostas inconsistentes entre várias perguntas, perguntas sem respostas...

Antes disso, naturalmente, havia a questão do intenso tráfico de informações computarizadas, entre países e sistemas de computação diferentes. A Coordenação internacional da pesquisa era feita no Bureau of Applied Social Research, da Universidade Columbia, por William A. Glaser, responsável geral pelo projeto. Columbia trabalhava com um computador IBM de grande porte, que não conseguiu, por muito tempo, ler a fita produzida pelo IBM 7044 da PUC do Rio de Janeiro com os dados da equipe brasileira (mais tarde outra fita foi produzida pelo IBM 370 da PUC). Esse problema foi geral, e havia ainda diferenças em espessura de cartões, países que adotavam códigos com perfurações múltiplas em suas codificações nacionais...

O fato é que este trabalho foi feito, graças, essencialmente, à dedicação minuciosa e tenaz do coordenador geral do projeto. Uma vez codificados e postos no computador, os dados ainda não estavam prontos para serem analisados. Eles deveriam ser recombinados, formando índices, escalas, coeficientes... Um sistema denominado *Utility Coder* foi utilizado em Columbia para as transformações

mais complexas, e os recursos computacionais do SPSS para as transformações mais simples.

Em meados de 1973, já havia suficiente preparação do material para que tentássemos realizar um seminário de análise no Rio de Janeiro. Esse seminário foi feito com o apoio do Social Science Research Council dos Estados Unidos (Foreign Area Fellowhip Program), sob a coordenação de William A. Glaser, responsável geral pelo projeto, e Simon Schwartzman, diretor do projeto no Brasil. A idéia era trazer alguns estudantes norte-americanos e outros brasileiros, para, durante dois meses, trabalharem com os dados no computador da Univesidade Católica do Rio de Janeiro, aprendendo a analisar dados com um sistema SPSS, e se aprofundando nos aspectos substantivos do problema. Além dos coordenadores e estudantes, o projeto contou com a participação de responsáveis pelo trabalho de campo na Grécia e na Argentina, que puderam trabalhar com seus materiais. Todos os dados disponíveis do projeto internacional foram trazidos para o Rio em fita magnética, de tal maneira que estudos comparados pudessem ser feitos.

Os resultados desse seminário são mistos. Antes de mais nada, houve um problema com o computador. Durante boa parte do tempo a máquina da PUC parou, e os cartões e formulários tinham que ser enviados para processamento no computador do IBGE. Isto trouxe problemas de compatibilidade de máquinas, e fez com que o tempo de espera entre a entrega de um programa e sua devolução pelo computador (indicando, na maioria dos casos, um erro formal qualquer) levasse 24 horas...

Além deste problema técnico, a experiência mostrou que não é fácil ensinar a alguém que nunca viu um computador nem tem familiaridade com a análise estatística aprender a usá-lo em poucas semanas, mesmo pela utilização de um sistema tão simples como o SPSS. As pessoas responsáveis pelos projetos puderam, evidentemente, fazer suas análises (toda a análise dos resultados da Argentina, por exemplo, foi feita no Rio), mas alguns dos participantes não conseguiram ir além de um ou dois processamentos dos dados, sem jamais terem chegado a entender o sentido real do que estavam fazendo, apesar de terem sido cuidadosamente selecionados.

As dificuldades técnicas, e a fobia ao computador por parte de algumas pessoas, não contam entretanto toda a história. Havia um problema mais profundo, que é o da compatibilidade entre as perguntas que as pessoas tinham na cabeça e o tipo de respostas que os dados poderiam proporcionar. Isso não tem muito a ver com a metodologia, e sim com a teoria.

A Teoria

Um dos participantes do Seminário do Rio de Janeiro, por exemplo, norte-americano e radical, trazia uma idéia difusa sobre dependência. Aparentemente, ele gostaria de provar que o Brasil, e outros países subdesenvolvidos eram dependentes dos Estados Unidos. Ora, essa teoria, por um lado, é evidentemente verdadeira; o próprio fato de haverem tantos estudantes de países subdesenvolvidos nos Estados Unidos já o prova. Mas, por outro lado, ela não permite gerar hipóteses específicas sobre diferenças entre Brasil e Argentina, ou entre engenheiros e físicos ou entre mulheres e homens, na área do *brain drain*. Ele terminou, conseqüentemente, sendo a pessoa mais frustrada de toda a experiência do seminário.

O problema do *brain drain* é essencialmente social e político, e o próprio projeto, patrocinado pelas Nações Unidas, tinha um fim prático. Nascido com estas origens, ele nunca chegou a ser visto dentro de um quadro de interesse teórico mais bem articulado. Por parte da coordenação geral, o que havia era uma metodologia explicitada, a chamada *reason analysis*, que justificava o estudo aprofundado do sistema de motivações de decisões individuais, de forma agregada. No seminário do Rio de Janeiro foram testadas, com algum sucesso, uma série de idéias a respeito da aplicabilidade do modelo de Albert Hirshman (em *Exit, Voice and Loyalty*) para o entendimento dos problemas e conseqüências relativos ao *brain drain*.

A expectativa, por parte da coordenação geral do projeto, era de que seria possível trabalhar sobre os aspectos teóricos mais profundos do tema depois de terminados os primeiros relatórios para as Nações Unidas. A expectativa, por parte da equipe brasileira, era de que a pesquisa permitiria uma série de estudos sociológicos mais aprofundados, depois de terminado o relatório geral nacional. A expectativa, no seminário do Rio de Janeiro, era de que os participantes, diante dos dados, iriam incorporando naturalmente os elementos conceituais necessários para o melhor entendimento do que tinham diante de seus olhos. Nenhuma dessas expectativas, no entanto, mostrou-se totalmente verdadeira.

As razões dessa frustração de expectativas são várias, mas a questão da falta de uma problematização teórica do projeto me parece das mais importantes. É difícil entender isto, pelo próprio fato de esta teoria não ter chegado a existir. Mas é possível que um exemplo ajude a clarificar a idéia.

Imaginemos um estudo sobre o relacionamento entre a atividade científica e a universidade. O propósito do estudo seria iden-

tificar em que circunstâncias a ciência se dá dentro da universidade, em que circunstâncias ela não se dá, e que efeitos tem isto sobre o desenvolvimento científico do país, por um lado, e sobre o desenvolvimento da universidade, por outro.

Um estudo deste tipo exige uma discussão teórica profunda de uma série de coisas. Ele exige um conceito explícito de ciência, um conceito de universidade, proposições sobre o relacionamento entre ciência e tecnologia, e um entendimento aprofundado sobre o papel da universidade no sistema educacional, profissional e tecnológico de um país. É esta discussão teórica, esta problematização, que eu chamo, no caso, de "teoria". Na medida em que exista um grupo de pessoas motivadas por esses problemas, com uma idéia clara de sua importância, e concordando pelo menos a respeito dos pontos em que discordam, então será possível, para eles, examinar um conjunto significativo de informações sociais, sob a luz de sua relativa importância para a elucidação das questões teóricas em discussão.

É na medida em que exista esta problematização que será possível avaliar, também, quanta informação necessitamos, e de que tipo. Uma pesquisa de tipo *survey* — e, com maior razão, uma pesquisa de tipo multinacional como esta — pode ser aperfeiçoada e expandida quase infinitamente. Existem sempre recodificações a fazer, escalas a validar, informações a controlar por outras, amostras a ponderar com maior precisão.

A precisão, no entanto, deve depender estritamente da teoria. Para o estudante interessado em provar a dependência do Brasil, todo o *survey* era, na realidade, supérfluo, informação demais, excesso de precisão. Para a agência internacional interessada em verificar o fenômeno *global* de estudos do exterior, as percentagens apresentadas acima poderiam ser o suficiente. Para o sociólogo interessado na estrutura das atitudes diante das experiências transculturais, os dados do *survey* seriam possivelmente insuficientes.

É possível afirmar que o projeto *brain drain* foi uma vitima de um dos mitos das ciências sociais da década de 60: o de que, havendo dados de boa qualidade e acessíveis para o analista, sua utilização ótima decorreria naturalmente. Esta idéia presidiu ao chamado "movimento dos bancos de dados", que levou à organização de grandes bancos de informações de pesquisas sociológicas, armazenadas em computadores e acessíveis, em diferentes graus, aos estudiosos. O que se pensava era que, assim, os dados poderiam ser utilizados por muitos estudiosos, as possibilidades de análise secundária aumentariam, e os cientistas sociais poderiam, com o tempo, ir perdendo o hábito de trabalhar somente com informa-

ções que eles próprios colhessem. Na prática, o que se verificou é que dificilmente dados colhidos sob um ângulo específico eram analisados por pessoas com outra formação e interesse. A utilização de bancos de dados ficou restrita às informações de uso social corrente — dados políticos e eleitorais, dados básicos de tipo sócio-econômico, etc. — e o custo crescente da organização destes sistemas de informação fez com que a moda dos bancos de dados passasse.

Esse fato ocorreu ao mesmo tempo em que as ciências sociais dos Estados Unidos, que haviam desenvolvido a metodologia quantitativa do *survey*, começaram a se interessar cada vez mais por processos históricos mais abrangentes, perdendo com isso o interesse pela teoria social de nível mais interpessoal, para a qual as metodologias deste tipo haviam sido, basicamente, desenvolvidas. Com isto, este tipo de informação passou a ser somente um dos tipos de dados utilizados pelo analista, dentro de um arsenal que incluía a informação histórica, os dados macroeconômicos, as manifestações culturais, e os eventos políticos. É curioso como esta transformação da ciência social norte-americana coincidiu com uma progressiva abertura das ciências sociais francesas para os métodos quantitativos, abertura que termina com o convite feito a Paul Lazarfeld, professor de Columbia e um dos metodólogos mais importantes da linha quantitativa, a ensinar em Paris, já nos últimos anos de sua vida. A presença de Lazarsfeld na Sorbonne simboliza, aparentemente, o fim do equívoco que contrapunnha as ciências históricas às ciências quantitativas, como metodologias incompatíveis e intimamente vinculadas a opções ideológicas antagônicas.

O Contexto Institucional

A falta de uma problemática teórica ligada ao projeto *brain drain* está indissoluvelmente ligada ao contexto institucional em que o projeto foi realizado.

Ao contrário de alguns projetos anteriores, este estudo tratou de ser, desde o princípio, realmente multinacional, e não um projeto de tipo "imperialista", em que o pesquisador do Norte utilizava a mão-de-obra e os dados gerados no Sul como a indústria dos países desenvolvidos utiliza a matéria-prima dos países subdesenvolvidos. Várias características do projeto atestam esse fato.

O financiamento do projeto era feito por cada país individualmente. Somente a coordenação internacional, feita na Universidade Columbia, tinha recursos diretos das Nações Unidas. As fontes de financiamento variaram de país para país. No Brasil, o

projeto foi feito com recursos da Subsecretaria de Cooperação Técnica e Intercâmbio Internacional do então Ministério do Planejamento (SUBIN). Essa Secretaria operava, na época, com recursos de origem internacional, mas que eram administrados pelo governo brasileiro — eram, no caso, cruzeiros provenientes do "acordo do trigo" entre Brasil e Estados Unidos. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, entidade de direito privado, em cooperação com a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, sob a responsabilidade técnica e acadêmica do autor.

Este sistema de financiamento local fazia com que a coordenação internacional do projeto não tivesse maior ingerência sobre os projetos nacionais. O questionário foi desenvolvido em consulta com vários países, e já estava pronto quando o projeto brasileiro se iniciou. Apesar disto, uma série de questões adicionais foram introduzidas no estudo brasileiro. No Brasil não houve nenhum tipo de interferência governamental ou de qualquer outra fonte sobre o projeto, que contou com a colaboração sempre interessada dos entrevistados. Cada centro nacional tinha a liberdade de analisar seus próprios materiais, e publicar o que lhes parecesse mais conveniente. Havia um entendimento de que a UNITAR teria precedência no recebimento dos resultados globais, e que depois os grupos nacionais estariam livres para realizarem os estudos comparados que quisessem.

Esta autonomia foi utilizada de formas diferentes pelos diferentes participantes. A equipe brasileira produziu o primeiro relatório nacional do projeto, e uma série de outros documentos parciais, todos publicados pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

Uma das razões pelas quais o Brasil foi um dos únicos países a utilizar os dados em um estudo nacional foi a de que reconher dados é sempre muito mais fácil do que analisá-los. No caso brasileiro, já tínhamos colocado os dados em cartões IBM e feito a análise nacional com a utilização do computador da Fundação Getúlio Vargas (um IBM 1130) antes de enviá-los para a inclusão no arquivo geral na Universidade Columbia. A maioria dos outros países, no entanto, não contava com os recursos financeiros, computacionais e técnicos de que dispúnhamos, e enviavam seus questionários para serem codificados em Nova York.

A coordenação desde Nova York, a utilização de computadores, a aplicação de questionários a estudantes e emigrantes dos países subdesenvolvidos, tudo isso não deixou de levantar a suspeita de que se tratava, de fato, de mais uma pesquisa de tipo "imperialista".

A história das vicissitudes políticas deste projeto deveria ainda ser contada por seu coordenador. O fato, no entanto, é que na Alemanha, no Canadá e em alguns outros países foi difícil ou impossível desfazer essa imagem. Curiosamente, os próprios entrevistados raramente levantavam algum problema, mas os estudantes alemães, por exemplo, impediram por muito tempo que os questionários fossem analisados, com medo de que eles servissem para a identificação de estudantes, emigrados, com fins políticos. Foi também muito difícil ou impossível obter dos governos dos países desenvolvidos listas de emigrantes qualificados dos países subdesenvolvidos, talvez porque se temessem represálias individuais, talvez porque não fosse do interesse desses países revelar, de fato, quantos cérebros haviam drenado.

A principal dificuldade ocorreu, finalmente, quando a coordenação geral do projeto em Nova York fracassou em seus intentos de conseguir recursos adicionais para a continuação da análise dos dados, depois de entregue o relatório geral do projeto à UNITAR. É possível, tão somente, especular a respeito das razões deste fracasso. Uma razão simples seria que, com as dificuldades de obter listas de emigrantes para os países desenvolvidos, o projeto ficou com sua amostragem mais importante comprometida. Em termos mais gerais, a dificuldade em obter recursos ocorreu em um momento de redução geral da disponibilidade de dinheiro para a pesquisa social, e um sentimento crescente de que a metodologia de tipo *survey* era ultrapassada. Outra possível razão se prende ao fato de que o projeto tinha uma feição indefinida, entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, e isto o prejudicava dos dois lados. Isto se liga muito diretamente à questão da "teoria", discutida anteriormente.

Pesquisa Pura ou Pesquisa Aplicada?

Distinguir entre "pesquisa pura", ou "básica", e "pesquisa aplicada" é tarefa impossível ou quase, e não o intentaríamos aqui. Basta dizer que um dos critérios de distinção é a motivação de quem faz a pesquisa, e das instituições que a financiam.

Não tenho informações precisas sobre os bastidores que levaram as Nações Unidas, através da UNITAR, a solicitar este tipo de projeto. O fato é que existiam documentos da Assembléia Geral indicando a importância do problema, e a UNITAR chamou a si a tarefa de estudá-lo. As Nações Unidas, como sabemos, são um organismo que procura ser prático, mas cujos poderes executivos são muito restritos, em assuntos que interessam aos Estados menbros. Por isso, elas tendem a produzir documentos e análises que

sejam tão "científicos" (no sentido de neutros e bem fundamentados empiricamente) quanto possível, e na esperança de que seus resultados possam ser utilizados pelos diferentes países e agências interessadas. (Este conceito de "científico" não coincide, evidentemente, com a concepção que coloca a relevância teórica e conceitual como critério básico de cientificidade).

O Bureau of Applied Social Research, da Universidade Columbia, não é propriamente parte do programa mais acadêmico de ciências sociais da Universidade. Os pesquisadores do *Bureau* tendem a ser pessoas dedicadas exclusivamente à pesquisa, com uma remuneração derivada exclusivamente, ou quase, dos contratos de pesquisa ou financiamentos que conseguem obter. Seria leviano passar julgamento na qualidade do trabalho do BASR e do Departamento de Sociologia de Columbia por este simples dado. Professores e pesquisadores de Columbia representam uma das tradições mais importantes da sociologia norte-americana do após guerra, bastando citar para isto os nomes de Robert K. Merton, Paul F. Lazerfeld, de Herbert Hyman, entre muitos outros. Algumas das linhas mais clássicas da sociologia moderna, como os estudos de comunicação de massa, de difusão de inovações, e de comportamento político-eleitoral, foram iniciados e desenvolvidos por este grupo. No entanto, o fato é que a dependência de recursos de pesquisa por contrato pode ter levado, como neste caso, à condução de um projeto cuja motivação principal não era teoria social, mas o interesse de um cliente.

No lado brasileiro, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma instituição extremamente reduzida, cuja atividade principal tem sido a publicação da *Revista Brasileira de Relações Internacionais*. Nunca foi interesse de sua direção transformá-la em centro de pesquisa permanente, e o patrocínio que proporcionou ao "Projeto Retorno" se explica por fatores circunstanciais que deixaram de existir tão logo o projeto terminou. A motivação principal era não tanto o conteúdo do projeto, mas realizar adequadamente uma tarefa a que se havia proposto e para a qual havia conseguido recursos governamentais.

A Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas atravessava, na época, um período em que se acreditava ser possível constituir, nela, um centro importante de pesquisa em ciências sociais. Tinha havido anteriormente um esforço significativo de capacitar a Escola para a utilização de metodologias de pesquisa por computador, adaptando-se para isso programas adequados para o sistema 1130 que a Fundação Getúlio Vargas utilizava. Ainda que o conteúdo do projeto não tivesse uma relação mais direta com a área de administração (principalmente na medida em que esta era entendida como administração de meios, e não de fins), acreditava-se que o projeto pudesse contribuir para formar um grupo tecnicamente competente e motivado para a pesquisa no interior da Escola. O fato, no entanto, é que isto não se deu. As tentativas de criar junto à EBAP um núcleo de pesquisa fracassaram, e com isto a utilização posterior de experiência e dados do projeto para consolidar este núcleo ficaram, conseqüentemente, comprometidas.

Faltavam, assim, tanto do lado da coordenação internacional quanto do lado brasileiro, condições para fazer desse um projeto de pesquisa "pura". Não seria essa, enfim, a grande oportunidade de sair da torre de marfim, e fazer uma pesquisa realmente aplicada, voltada não para o acadêmico em seu mundo esotérico, mas para o mundo real?

Foi o que foi feito, de uma forma ou de outra. No entanto, os resultados parecem indicar que os cientistas sociais deveriam ter menos complexos por seu academicismo...

As razões pelas quais agências governamentais nacionais e internacionais financiam projetos de estudo e pesquisa são múltiplas, e muitas vezes inescrutáveis. O que é certo é que o interesse em utilizar os resultados obtidos não é uma das razões mais freqüentes.

Apesar de todas essas dificuldades e frustrações, o projeto é hoje o que de mais importante e sério existe sobre o tema do *brain drain*, e isto justifica, sem dúvida, sua existência. Mas caberia perguntar, com a perspectiva que o tempo e a experiência vivida nos dá, se não teria sido possível chegar aos mesmos resultados por outras metodologias, com outro tipo de estratégia institucional, e com um impacto social e acadêmico mais bem definido.

Talvez não. É possível que o tema, pela sua própria origem, não pudesse ter tido um enquadre institucional, uma metodologia e um destino diferentes dos que teve. Estas são, no entanto, especulações. Elas ajudam, de qualquer forma, a entender as variáveis que entram na escolha de um projeto de pesquisa, em seu desenvolvimento, e na utilização de seus resultados. Elas permitem entender como é importante a "teoria", e como está ligada a uma definição institucional do projeto, quem o financia e o público a que se dirige. Elas permitem avaliar o alcance das diversas metodologias possíveis. Elas permitem entender os benefícios e as dificuldades inerentes à pesquisa multinacional. Para quem se interessa pela pesquisa como tema em si, ou como forma de atividade própria, são questões fundamentais.

Não tenho conhecimento da utilização que a UNITAR, por sua parte, ou a SUBIN, por outra, fizeram dos relatórios que lhes foram enviados. No caso brasileiro, tivemos o cuidado de enviar cópias dos relatórios nacionais e internacionais às instituições brasileiras que proporcionam bolsas de estudo, CAPES e CNPq. Com o passar dos anos, mudam os responsáveis por essas agências e todos, em geral, têm que resolver problemas urgentes, de um dia-a-dia que impede o lazer necessário para o estudo da literatura pertinente e o estabelecimento de políticas mais sutis e a longo prazo. Nunca, decorridos cinco anos do relatório, foi ele explicitamente utilizado ou sequer referido pelos responsáveis pela política brasileira de formação profissional no exterior.[3]

O desinteresse das agências governamentais em relação ao projeto teve uma contrapartida importante, que foi a total liberdade de pesquisa que existiu. Nos dois ou três países em que houve interesse mais ativo de autoridades educacionais ou do serviço de imigrações ele teve, em geral, uma infuência negativa sobre os trabalhos: foram colocadas restrições ao acesso aos emigrantes para entrevistas, ao uso do questionário para estudos comparados, tentou-se, enfim, definir normas burocráticas e administrativas sobre a pesquisa cuja única conseqüência foi perturbar o andamento dos trabalhos.

Uma vez terminados os relatórios e secas as fontes de financiamento, a pesquisa perdeu prioridade em relação a outros projetos dos diversos participantes. Teria sido possível escrever um livro em linguagem acessível para o público mais amplo sobre os resultados da pesquisa. Faltou talvez tempo, talvez motivação, talvez descortínio. Teria sido certamente necessário escrever um artigo mais teórico sobre o assunto, que atraísse para ele o interesse da comunidade acadêmica. Faltaram muitas coisas para isto, entre as quais a própria inspiração original, que era distinta. Cumpridas suas obrigações contratuais, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Escola Brasileira de Administração Pública não se preocuparam em distribuir os exemplares do relatório do projeto de forma mais ampla — mas duvido que isso tivesse alterado o quadro de forma significativa.

3 A não-utilização de resultados de pesquisa na formulação de políticas não é, evidentemente, peculiar a este caso. Veja, a respeito, a pesquisa de Alexandre Barros e Argelina Figueiredo sobre a criação dos programas PIS e FGTS, relatada neste volume.

Conclusões

Hoje restam poucas memórias do projeto que, apenas cinco anos atrás, era o maior estudo comparado já realizado por método de *survey*, e referido a um tema de grande interesse social, o *brain drain*. No entanto, não resta dúvida de que foi um projeto bem feito, tecnicamente bem conduzido, e que chegou a resultados relevantes...

A principal falha do projeto, e de tantos outros como ele, foi não ter um grupo de referência bem definido ao qual se dirigisse. Não era um projeto acadêmico, porque lhe faltava uma problemática teórica anterior a um contexto acadêmico adequado no qual se desenvolvesse. Não era um projeto aplicado, porque lhe faltava um cliente que estivesse realmente pendente de seus resultados para decidir os rumos de sua ação. Não era um projeto jornalístico, ou literário, que tivesse como objetivo sua circulação entre o grande público.

A inexistência de um destinatário, ou grupo de referência específico, foi talvez responsável pelo peso que os aspectos técnicos e metodológicos assumiram no projeto. A idéia de colocar toda a informação em um sistema de computação tipo SPSS é aparentemente ideal, mas tem um custo que talvez não tivesse sido antecipado, principalmente porque não há limites em relação ao quanto é possível investir na melhora de dados deste tipo. Por outro lado, a inexistência de um contexto acadêmico bem definido para o projeto fez com que sua utilização posterior por outras pessoas em universidades e centros de pesquisa não se realizasse.